

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Tegma tem a satisfação de anunciar os resultados consolidados do quarto trimestre de 2012 e do ano de 2012, ano cujo segmento automotivo ainda mostrou sua importância na economia nacional e cuja aquisição dos negócios da LTD Transportes foi mais um passo na estratégia da Companhia relacionada à Logística Integrada com foco no segmento de distribuição fracionada. Ambos os mercados de atuação da Companhia apresentaram um crescimento acima da economia nacional durante o ano, mostrando que a Tegma está inserida em um contexto econômico bastante dinâmico.

O ano de 2012 foi positivo para o mercado automotivo interno, apresentando nas comparações anuais, um crescimento de 6,1% no volume de vendas em 2012 e crescimento de 7,8% no volume de vendas do quarto trimestre de 2012. Durante o ano, pode-se perceber o contínuo crescimento da renda do brasileiro, aliado à redução da taxa de desemprego que, conjugado à estabilidade da taxa de inadimplência do segmento, propicia boas perspectivas para a continuidade da expansão do crédito durante o ano de 2013. No que se refere à produção nacional de veículos, observou-se uma queda de 1,9% no ano de 2012 quando comparado a 2011. Esse desempenho foi decorrente principalmente da prevalência dos modelos importados em relação aos nacionais.

O segmento de Logística de Veículos da Tegma apresentou um desempenho em termos de volume de veículos transportados no mercado interno próximo ao do mercado, com um incremento de 8,4% em relação ao ano de 2011 e um crescimento de 7,6% no quarto trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano passado. Em termos de faturamento, a divisão cresceu 15,3% no ano de 2012 mesmo patamar de crescimento do quarto trimestre de 2012 em relação a 2011. O segmento de autopeças, por sua vez, apresentou um crescimento no faturamento de 3,6% no ano de 2012 e de 4,8% no quarto trimestre, acima do volume de veículos nacionalmente produzidos.

No que se refere ao mercado do segmento de Logística Integrada, o e-commerce apresentou faturamento de R\$ 22,5 bilhões em 2012, um crescimento de 20% na comparação anual, com a percepção de que o crescimento do varejo online no Brasil está cada vez mais diversificado geograficamente. Evidenciou-se também que as pequenas e médias varejistas online apresentaram um desempenho superior ao próprio mercado e que, adicionalmente, o brasileiro compra cada vez mais bens de alto valor pela internet, como eletrodomésticos, móveis e etc.

Nesse cenário, o segmento de Logística Integrada apresentou um crescimento de 33% em 2012 em relação a 2011, com destaque para o segmento de Bens de Consumo e de e-commerce, que cresceram 51% e 134%, respectivamente. Em fevereiro de 2012 foram adquiridos os negócios da LTD Transportes, empresa focada na entrega de encomendas acima de 30 quilos, e que contribuiu para dar mais um passo na estratégia do e-commerce. No mesmo período, a Direct Express pôs em execução um plano de expansão que preparou sua estrutura administrativa, comercial e operacional para suportar o crescimento dos próximos anos de forma orgânica e sustentável.

A Tegma se posiciona ao fim do ano de 2012 como uma operadora logística inserida em mercados dinâmicos e importantes para a economia nacional. Apesar das incertezas no ambiente macroeconômico, continuamos confiantes em relação aos fundamentos da economia brasileira e nas oportunidades oriundas do aumento da terceirização de serviços logísticos e da demanda por soluções logísticas complexas. Para tanto, permaneceremos investindo no crescimento e na diversificação das nossas operações.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**ATIVO**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.397	3.128	12.828	3.949
Aplicações financeiras	7	45.846	60.976	62.641	67.010
Contas a receber	8	216.337	174.232	389.241	303.148
Partes relacionadas	28	14.326	-	-	-
Estoque (almoxarifado)		1.140	1.391	2.412	4.934
Impostos a recuperar	9	8.345	9.421	22.362	19.129
Dividendos a receber	28	-	1.844	-	-
Demitidos contas a receber		11.997	12.155	33.764	19.174
Despesas antecipadas		1.293	894	2.640	2.007
Instrumentos financeiros derivativos - swap	14	36.912	-	42.154	-
		<b>347.593</b>	<b>264.041</b>	<b>568.042</b>	<b>419.891</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	1.917	12.522	2.085	12.593
		<b>349.510</b>	<b>276.563</b>	<b>570.127</b>	<b>432.484</b>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	5.513	21.322
Partes relacionadas	28	-	19.344	857	950
Instrumentos financeiros derivativos - swap	14	7.983	23.967	15.683	30.461
Demitidos contas a receber	11,1	20.730	20.730	20.730	20.730
Depósitos judiciais	17	4.466	2.253	13.512	7.375
Investimentos	11	224.179	174.979	56.295	80.838
Imobilizado	12	102.611	102.465	192.392	188.244
Intangível	13	158.227	156.960	276.714	251.564
		<b>518.110</b>	<b>500.504</b>	<b>525.401</b>	<b>520.646</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>867.620</b>	<b>777.067</b>	<b>1.095.528</b>	<b>953.130</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	180.241	12.566	225.287	18.967
Fornecedores e fretes a pagar		23.395	18.866	61.087	59.716
Partes relacionadas	28	641	641	2.617	2.244
Tributos a recolher		11.830	10.505	24.858	19.470
Parcelamento de tributos	15	940	642	2.230	1.343
Salários e encargos sociais	16	25.512	19.245	42.246	32.576
Seguros e aluguéis a pagar		2.741	4.935	3.903	6.029
Imposto de renda e contribuição social		4.726	-	1.977	-
Aquisição de controlada preço variável	11,1	-	5.059	-	5.059
Demitidos contas a pagar	19	30.068	22.871	73.001	34.520
Quais/dividendos a distribuir		1	-	-	-
		<b>280.115</b>	<b>95.330</b>	<b>437.206</b>	<b>180.436</b>
<b>Não circulante</b>					
Provisão para passivo a descoberto	11,1	26.704	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	50.952	211.977	134.942	274.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	17.910	-	-	-
Provisões para demandas judiciais	17	2.856	807	26.831	25.181
Opção de compra em controlada	11,1	48.467	51.000	56.576	51.000
Aquisição de controlada preço variável	11,1	16.552	13.056	16.552	13.056
Parcelamento de tributos	15	-	811	8.246	10.945
		<b>163.441</b>	<b>277.851</b>	<b>243.147</b>	<b>374.668</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>443.556</b>	<b>373.181</b>	<b>680.353</b>	<b>555.104</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social		144.469	144.469	144.469	144.469
Reservas de capital		174.815	174.090	174.815	174.090
Reservas de lucros		152.093	132.725	152.093	132.725
Ações em tesouraria		(342)	(342)	(342)	(342)
Ajustes de avaliação patrimonial		(46.971)	(46.856)	(46.971)	(46.856)
		<b>424.064</b>	<b>404.086</b>	<b>424.064</b>	<b>404.086</b>
Participação dos não controladores		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		<b>424.064</b>	<b>404.086</b>	<b>415.175</b>	<b>398.088</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>867.620</b>	<b>777.067</b>	<b>1.095.528</b>	<b>953.130</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercício findo em 31 de Dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>144.469</b>	<b>174.055</b>	<b>14.512</b>	<b>86.334</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	4.869	56.510
Dividendos	20,e	-	-	-	(30.000)
Variação cambial de investida localizada no exterior		-	-	-	207
Plano de opções de ações	20,f	-	35	-	35
Opção de compra em controladas	11,g	-	-	(47.397)	(47.397)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>144.469</b>	<b>174.055</b>	<b>35</b>	<b>19.381</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	4.169	45.199
Dividendos	20,e	-	-	-	(30.000)
Variação cambial de investida localizada no exterior		-	-	-	(115)
Plano de opções de ações	20,f	-	725	-	725
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>144.469</b>	<b>174.055</b>	<b>760</b>	<b>23.550</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS À ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais:** A Tegma Gestão Logística S.A. (a "Companhia") e suas empresas Controladas (conjuntamente, a "Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços de logística no mercado interno e externo em diversos setores da economia, tais como: automotivo, e-commerce, telecomunicações, eletrônicos e informática. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social. A emissão dessas demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2013.

**2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos e passivos financeiros (quando aplicável), mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em Controladas e Controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

**2.2. Base de consolidação**  
**Demonstrações financeiras consolidadas:** Nas demonstrações financeiras consolidadas as seguintes políticas contábeis são aplicadas: **i) Controladas e Controladas em conjunto:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atrelados a exercícios ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia e suas Controladas controlam outra entidade. As Controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina. Controladas em conjunto são todas as entidades nas quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. As Controladas em conjunto são consolidadas de forma proporcional. **ii) Combinação de negócios:** A Companhia e suas Controladas usam o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia e suas Controladas. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas Controladas reconhecem a participação não Controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não Controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia e suas Controladas, de ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que a Companhia e suas Controladas atribuem valor justo aos não controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação não Controladora na adquirida, e o *ágio* é determinado considerando a participação da Controladora e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas Controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Companhia são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controlada. **iii) Transações e participações não Controladoras:** A Companhia e suas Controladas tratam as transações com participações não Controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia e suas Controladas. Para as compras de participações não Controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não Controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia e suas Controladas param de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil imediatamente anterior à data da aquisição da participação retida em uma coligada, um "joint venture" ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos aquela entidade são contabilizados como se a Companhia e suas Controladas tivessem alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

**2.3. Apresentação de relatórios por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas Controladas.

**2.4. Conversão em moeda estrangeira**  
**a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia e de suas Controladas.  
**b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**c) Empresas Controladas com moeda funcional diferente:** As demonstrações financeiras da Tegma Venezuela, única entidade da Companhia, cuja moeda funcional (Bolívar) é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas nas taxas vigentes nas datas das operações e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações. (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos são reconhecidas no patrimônio líquido.

**2.5. Instrumentos financeiros**  
**2.5.1. Ativos financeiros:** **Classificação:** A Companhia e suas Controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros da Companhia e de suas Controladas compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa.  
**a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.  
**b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos

fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrerem. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos, bem como uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Impairment de ativos financeiros:** **Ativos mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia e suas Controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment", incluem: a) Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; c) A Companhia e suas Controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; d) Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; f) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros, desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor inicial dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado consolidado.

**2.5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante.

**2.5.1.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a até um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as provisões para créditos de liquidação duvidosa quando requerida (Nota 8).

**2.5.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia e suas Controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas-garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia amortizados e calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos dependente da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando foram adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas Controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia e suas Controladas não apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

**2.5.2.1. Fornecedores e fretes a pagar:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor de fatura correspondente.

**2.5.2.2. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado ou pelo seu valor justo, conforme o caso. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.6. Instrumentos financeiros derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como contratos de "swaps" de taxa de juros, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de deriv

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**d) Licenças de software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para a aquisição e os custos de desenvolvimento que serão utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

**2.9. Imobilizado:** Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos-futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	
Edificações	25
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Veículos	3 a 5
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Benefícios em propriedade de terceiros	5 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

**2.10. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de "impairment". Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" no encerramento do período.

**2.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e de suas Controladas liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas Controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais se prevê que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demandas judiciais/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita na preparação em que estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de: • O valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes); ou • O valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30 - Receitas).

**2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia e suas Controladas atuam e geram lucro real. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e de suas Controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que seja uma combinação de negócios a qual, na época de transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável ou o prejuízo fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em Controladas exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas Controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos tributos competentes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades em geral são apresentados em separado e não pelo líquido. A despesa com tributo sobre o lucro e contribuição social é reconhecida em cada período intermediário com base na melhor estimativa da alíquota efetiva ponderada anual esperada para o exercício social completo. Montantes contábeis de impostos sobre o lucro e contribuição social em um período intermediário são ajustados em períodos subsequentes daquele exercício social se as estimativas da alíquota anual de tributo mudarem.

**2.13. Benefícios a empregados**

**a) Participação nos lucros:** A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como quaisquer benefícios pós-emprego da Companhia e de suas Controladas. A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, cuja obrigação encontra-se reconhecida na rubrica "Salários e encargos sociais a pagar" (Nota 16). A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

**b) Remuneração com base em opções de compra de ações:** A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido e o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais. Os detalhes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e do Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações estão divulgados na Nota 20.

**2.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incorridos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora da capital, líquidos de impostos.

**2.15. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. A receita é reconhecida quando (a) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) É provável que benefícios econômicos-futuros fluam para a entidade; e (c) O custo ou o valor da receita pode ser determinado com segurança. A receita é reconhecida em empresas, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**a) Vendas de serviços:** A Companhia e suas Controladas vendem serviços logísticos integrados que atuam no transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como: automotivo, e-commerce, química, telecomunicações, eletrônicos e informática. A receita de prestação de serviços de transporte (veículos e peças), bem como a receita de serviços logísticos (armazenagem e gestão de estoque) é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

**b) Receita financeira:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**2.16. Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos efetuados pela Companhia na figura de arrendatária nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Companhia e suas Controladas arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia e suas Controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são debitados à demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo. A Companhia não possui contratos de arrendamento e "leasing" em 31 de dezembro de 2012.

**2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados na forma de despesas e receitas anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia não prepara demonstrações financeiras separadas e, portanto não espera nenhum impacto em suas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas. IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. A Companhia não prepara demonstrações financeiras separadas e, portanto não espera nenhum impacto em suas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas. IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelecimentos os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. IFRS 7 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma que estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A outorga desta norma aborda a primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Financial Instruments.

A data de aplicação desta norma foi prorrogada para 01.01.15. IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. A norma prevê orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. IFRS 11 - Negócios em conjunto - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso de consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades - Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e entidades não consolidadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. IFRS 13 - Mensuração do valor justo - Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.13. Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as suas demonstrações financeiras a partir de sua aplicação, exceto pelos Pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12, vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, para os quais se espera que os investimentos em controladas em conjunto da Companhia passem a ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, não havendo efeitos no patrimônio líquido e resultado do exercício. A Administração ainda está concluindo a análise detalhada dessas normas e não quantificou os eventuais efeitos sobre os demais grupos das demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, além das referidas, que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativa no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

**3.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**3.2. Estimativas e premissas:** Com base em premissas, a Companhia e suas Controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**a) Perda ("impairment") estimada do ágio:** Anualmente, a Companhia e suas Controladas testam eventuais perdas ("impairment") no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

**b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e suas Controladas reconhecem provisões para conta de julgamentos em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e estratificados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**4. Gestão de risco financeiro**

**4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e suas Controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e suas Controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições ao risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia e suas Controladas, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia e suas Controladas identificam, avaliam e definem estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moeda diferente de sua moeda funcional. Para a redução dessa exposição, foi implantada uma política para proteger o risco cambial. As operações em moeda estrangeira estão representadas por operações de mútuo ativo ou passivo com partes relacionadas (Nota 28), e por empréstimos indexados a variação do dólar norte-americano. Para proteção de risco cambial sobre estes empréstimos foram contratadas operações de swap (Nota 14 (b)). **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia e suas Controladas não têm ativos significativos em que incidam juros. O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2012 e 2011, os empréstimos da Companhia e de suas Controladas referiam-se a empréstimos mantidos em Reais e em Dólar norte-americano com taxa de juros fixa. A Companhia também efetua operações de "swap" de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger-se do risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados à taxa fixa.

**b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A". A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 8 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

**c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e agregada pelo departamento de finanças, o qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas Controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém linhas de crédito disponíveis (Nota 14) a qualquer momento, a fim de que a Companhia e suas Controladas não deixem de cumprir os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e de suas Controladas, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa é geralmente investido em fundos de renda fixa de curto prazo com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Empréstimos e financiamentos	143.329	3.836	39.134
Fornecedores e fretes a pagar	23.395	-	-
Demais contas a pagar (Nota 19)	30.088	-	-
Contas a pagar - Preço variável	-	48.467	-
Seguros e aluguéis a pagar	2.741	-	-
Partes relacionadas (Nota 28)	641	-	-
Opção de compra em controlada (Nota 11.g)	66.132	177.088	114.732
	<b>200.194</b>	<b>55.159</b>	<b>39.134</b>

	Controladora		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Empréstimos e financiamentos	183.132	4.167	115.092
Fornecedores e fretes a pagar	61.087	-	-
Demais contas a pagar (Nota 19)	73.001	-	-
Contas a pagar - Preço variável	-	56.576	-
Seguros e aluguéis a pagar	3.903	-	-
Partes relacionadas (Nota 28)	2.617	-	-
Opção de compra em controlada (Nota 11.g)	66.132	177.088	114.732
	<b>323.740</b>	<b>87.574</b>	<b>115.092</b>

	Controladora		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Empréstimos e financiamentos	183.132	4.167	115.092
Fornecedores e fretes a pagar	61.087	-	-
Demais contas a pagar (Nota 19)	73.001	-	-
Contas a pagar - Preço variável	-	56.576	-
Seguros e aluguéis a pagar	3.903	-	-
Partes relacionadas (Nota 28)	2.617	-	-
Opção de compra em controlada (Nota 11.g)	66.132	177.088	114.732
	<b>323.740</b>	<b>87.574</b>	<b>115.092</b>

	Controladora		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Empréstimos e financiamentos	183.132	4.167	115.092
Fornecedores e fretes a pagar	61.087	-	-
Demais contas a pagar (Nota 19)	73.001	-	-
Contas a pagar - Preço variável	-	56.576	-
Seguros e aluguéis a pagar	3.903	-	-
Partes relacionadas (Nota 28)	2.617	-	-
Opção de compra em controlada (Nota 11.g)	66.132	177.088	114.732
	<b>323.740</b>	<b>87.574</b>	<b>115.092</b>

**d) Análise de sensibilidade adicional requerida pelo CVM:** Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Administração da Companhia entendeu que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrado no balanço patrimonial conforme demonstrado a seguir.

	31 de dezembro de 2012	
	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Nota 14)	216.997	334.659
Valor principal dos derivativos "financeiros" (Nota 14)	(44.895)	(57.837)
Exposição passiva líquida	<b>172.102</b>	<b>276.822</b>
A Companhia e suas Controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação. Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de "swap", trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira e juros para a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e juros, devido à política da Companhia de proteção de riscos cambiais. Dessa forma, o risco da Companhia de exposição à variação do CDI. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:		

	31 de dezembro de 2012	
	Controladora	Consolidado
Operações com derivativos atrelados ao CDI (Nota 14)	(216.997)	(334.659)
Empréstimos e financiamentos em moeda local (Nota 14)	(14.196)	(25.570)
Valor principal dos derivativos "financeiros" (Nota 14)	44.895	57.837
Aplicações financeiras (Nota 7)	45.846	62.641
Exposição líquida	<b>(140.452)</b>	<b>(239.751)</b>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (Nota 7). Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. No caso das operações em moeda estrangeira, o cenário provável considera as taxas futuras de Dólar norte-americano, conforme cotações obtidas no relatório "FOCUS" emitido pelo Banco Central do Brasil nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma alta do Dólar norte-americano de 25% e 50% da parcela de acréscimo na deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III). Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% da parcela de acréscimo na deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III).

	Controladora		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) -25%	Cenário Remoto (III) -50%
<b>Operação</b>	<b>Risco - %</b>		
Aplicações Financeiras CDI Receita	Acréscimo de 1,15	5.059	6.599
REFIS - SELIC	Acréscimo de 1,15	565	737
Exposições	Acréscimo de 1,15	1.829	2.385
Exposição Passiva Líquida	Alta do Dólar	-	-
Swap	Acréscimo de 1,15	19.874	25.923
Despesa		<b>22.268</b>	<b>29.245</b>
		<b>5.059</b>	<b>6.599</b>

	Controladora		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) -25%	Cenário Remoto (III) -50%
<b>Operação</b>	<b>Risco - %</b>		
Aplicações Financeiras CDI Receita	Acréscimo de 1,15	5.737	7.483
REFIS - SELIC	Acréscimo de 1,15	1.492	1.946
Exposições	Acréscimo de 1,15	1.916	2.499
Exposição Passiva Líquida	Alta do Dólar	-	-
Swap	Acréscimo de 1,15	25.043	32.665
Despesa		<b>28.451</b>	<b>37.110</b>
		<b>5.737</b>	<b>7.483</b>

A Administração não considera provável o risco de ocorrer variação na Taxa de Juros de Fomento (TJLP), a qual está sujeita parte do saldo de Parcelamento de Tributos (Controladora) e operações de Fime (Controladora e consolidado) que possam gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas.

**4.2. Gestão de capital:** A gestão do capital tem por objetivo suportar a estratégia de crescimento da Companhia e de suas Controladas, levando em consideração o interesse dos acionistas e de outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações são escolhidas com base numa série de fatores, entre eles, o custo do financiamento, os prazos de carência e de pagamento e o nível de alavancagem financeira. A Companhia e suas Controladas buscam minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo poderá, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política indicativa de pagamento de dividendos, devolwer o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos. A Companhia e suas Controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e adicionado ou subtraído do saldo de "swap". O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**d. Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.200 ações ordinárias, no montante de R\$342.

**e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. • 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período. O cálculo dos dividendos é assim demonstrado:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	83.367	97.379
Reserva legal	(4.169)	(4.869)
Base de cálculo	79.198	92.510
<b>Dividendo mínimo obrigatório - 25%</b>	<b>19.799</b>	<b>23.128</b>
Dividendos intercalares pagos conforme aprovação do Conselho de Administração	34.000	36.000
Dividendos adicionais propostos	-	30.000
	<u>34.000</u>	<u>66.000</u>
Porcentagem sobre a base de cálculo	43	71

Em reunião do Conselho da Administração realizada em 08 de novembro de 2012, foi aprovada a distribuição dos dividendos intercalares, no valor de R\$ 8.000, e o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 9.000, totalizando R\$ 17.000, sendo pagos em 23 de novembro de 2012. Em reunião do Conselho da Administração realizada em 17 de agosto de 2012, foi aprovada a distribuição dos dividendos intercalares, no valor de R\$ 10.000, e o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 7.000, totalizando R\$ 17.000, sendo pagos em 30 de agosto de 2012. Em Assembleia Geral Ordinária AGO realizada em 10 de abril de 2012, foi aprovado o pagamento dos dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 30.000, referente ao lucro líquido de 2011, pagos em 20 de abril de 2012. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2011, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$8.000 e distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$10.000, sendo pagos em 23 de novembro de 2011. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2011, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$8.000 e distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$10.000, totalizando R\$18.000, sendo pagos em 24 de agosto de 2011. Ambos os pagamentos de juros sobre o capital próprio foram atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios.

**f. Opções de compra de ações:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do Plano deverão ser provenientes: • Da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou • Das ações ordinárias mantidas em tesouraria. O Conselho de Administração é o responsável pela Administração e criação dos programas de opções de ações, nos quais são definidas as pessoas às quais serão concedidas as opções, o número de ações da Companhia que terão direito de subscrever/adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição/aquisição, a forma de pagamento das ações, o prazo máximo para o exercício da opção, normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições aplicáveis às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades bem como outras características do programa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a emissão do Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. Foram outorgadas 115.000 opções de compra de ações outorgadas, com vencimento em 03 anos. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de novembro de 2012, foi aprovada a emissão do Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. Foram outorgadas 135.000 opções de compra de ações outorgadas, com vencimento em 03 anos. A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2012, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$275, (R\$36 em 31 de dezembro de 2011) registrado na rubrica de honorários da Administração. Em 31 de dezembro de 2012, o preço de mercado era de R\$ 35,00 por ação, e, em 31 de dezembro de 2011 R\$ 25,65 por ação. As opções foram mensuradas ao valor justo de mercado na data da outorga com base na norma IFRS 2 CPC 10. O valor justo das opções do Primeiro e Segundo Programas é de R\$ 5,32 e R\$10,46, respectivamente. As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes" e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2011 e 2012 foram: • Volatilidade de 34,88%. • Rendimento de dividendos de 4,5%. • Vida esperada da opção correspondente a 3 anos. • Taxa de juros livre de risco anual de 10,23%.

**1.2. Informações por segmento de risco:** A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas Controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva. As informações por segmento de negócios, revisadas pela diretoria executiva, são as seguintes:

	Consolidado					
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receita líquida dos serviços	1.322.582	1.158.477	477.098	350.886	1.799.680	1.509.363
Custos	(1.078.969)	(927.117)	(448.109)	(301.858)	(1.527.078)	(1.228.975)
(Despesas) receitas operacionais	(78.017)	(64.374)	(7.851)	(14.120)	(95.868)	(78.494)
Despesas com depreciação e amortização	(18.071)	(13.565)	(14.090)	(10.075)	(32.161)	(23.640)
Despesas financeiras	(83.558)	(59.510)	(30.389)	(29.360)	(113.947)	(88.870)
Receitas financeiras	62.323	38.742	18.528	19.139	80.851	57.881
Imposto de renda e contribuição social	(42.073)	(39.416)	1.072	(8.779)	(41.001)	(48.195)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>84.218</b>	<b>93.237</b>	<b>(3.741)</b>	<b>5.833</b>	<b>80.476</b>	<b>99.070</b>
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo circulante	374.147	295.239	195.979	124.651	570.126	419.890
Ativo não circulante	374.372	424.675	151.030	108.565	525.402	533.240
<b>Total do ativo</b>	<b>748.519</b>	<b>719.914</b>	<b>347.009</b>	<b>233.216</b>	<b>1.095.528</b>	<b>953.130</b>
Passivo circulante	310.673	95.025	126.533	85.411	437.206	180.436
Passivo não circulante	102.166	283.384	140.981	91.222	243.147	374.606
<b>Total do passivo</b>	<b>412.839</b>	<b>378.409</b>	<b>267.514</b>	<b>176.633</b>	<b>680.353</b>	<b>555.042</b>

A Companhia classifica suas análises de negócios segregadas em setores: (i) automotivo transporte de veículos e peças para montadoras, composto pela Companhia e suas Controladas Catlog, TGI, Tegmax e Tegma Venezuela, e (ii) logística integrada operações de transporte, armazenagem e serviços correlatos e gestão de estoque, entre outras, para diversos segmentos de mercado, composto por suas Controladas Tegma Cargas Especiais, Tegma Logística Integrada, Direct Express, Transcommerce e PDI.

**22. Outras receitas e despesas, líquidas**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Reversão de provisão para contingências	-	772
Recuperação de despesas	665	4.249
Recuperação de créditos incobráveis	-	199
Aluguéis	115	153
Ganho na venda de ativo imobilizado líquido	-	74
Reversão de preço variável (Nota 11.f / 11.g)	7.032	17.032
Outras	439	5.328
<b>Outras receitas</b>	<b>8.251</b>	<b>26.961</b>
Perda na venda de ativo imobilizado líquido	(2.904)	(4.213)
Perdas com créditos incobráveis	(566)	(6.753)
Ajustes de estoques	(54)	(35)
Outras	(2.505)	(1.714)
<b>Outras despesas</b>	<b>(6.029)</b>	<b>(12.715)</b>
<b>Outras receitas (despesas) líquidas</b>	<b>2.222</b>	<b>(410)</b>

**23. Receita líquida dos serviços prestados:** A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de serviços	1.416.293	1.278.615
Descontos, seguros e pedágio	(71.686)	(67.575)
<b>1.344.607</b>	<b>1.211.040</b>	<b>2.139.806</b>
Impostos incidentes	(200.056)	(181.304)
Receita líquida de serviços	<b>1.144.551</b>	<b>1.029.736</b>

**24. Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e despesas comerciais por natureza**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos serviços prestados	(919.641)	(816.655)
Despesas gerais e administrativas	(68.329)	(58.948)
Remuneração da administração	(6.664)	(6.029)
Despesas comerciais	(2.113)	(1.444)
<b>Total</b>	<b>(996.747)</b>	<b>(883.076)</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Agregados	(720.068)	(642.620)
Salários	(77.949)	(61.486)
Serviços terceirizados	(51.155)	(49.368)
Encargos sociais	(46.859)	(38.691)
Benefícios a empregados	(21.879)	(18.443)
Aluguéis e leasing	(20.941)	(16.909)
Depreciação e amortização	(16.133)	(12.824)
Manutenção	(8.775)	(9.677)
Utilidades	(2.806)	(2.547)
Comunicação	(5.139)	(3.740)
Combustíveis e lubrificantes	(5.961)	(6.078)
Outros gastos com pessoal	(5.934)	(7.476)
Outros gastos gerais	(6.888)	(7.026)
Materiais	(2.717)	(2.983)
Contribuições e doações	(1.048)	(896)
Despesa comerciais	(925)	(943)
Indenização de extrativo	(706)	(377)
Despesa de viagem	(600)	(607)
Documentação	(260)	(381)
Seguros	(4)	(4)
<b>Total</b>	<b>(996.747)</b>	<b>(883.076)</b>

**25. Receitas e despesas financeiras**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Resultado positivo de operação de Swap	33.610	23.967
Ganhos cambiais	23.371	6.488
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	4.399	4.175
Juros ativos sobre mútuo	886	457
Juros ativos	157	3.391
Descontos obtidos	142	82
<b>Total</b>	<b>62.565</b>	<b>38.560</b>

**Despesa financeira**

Perdas cambiais	(39.971)	(32.705)
Resultado negativo de operação de Swap	(27.459)	(5.416)
Juros sobre financiamentos bancários	(7.114)	(9.747)
Ajuste a valor presente	(6.452)	(6.452)
Despesas bancárias	(3.371)	(1.093)
Juros parcelamento (REFIS)	(491)	(53)
IJF	(90)	(665)
Juros sobre mútuo	305	-
Juros passivos	508	(3.780)
Descontos concedidos	-	-
<b>Total</b>	<b>(84.125)</b>	<b>(59.977)</b>

**Resultado financeiro, líquido** **(21.560)** **(21.417)** **(113.947)** **(88.780)**

**26. Despesa de imposto de renda e contribuição social:** O imposto sobre o lucro antes do imposto diferido do valor técnico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto corrente	(23.123)	(20.856)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(23.123)	(20.856)
Total do imposto corrente	(23.123)	(20.856)
Imposto diferido	(17.529)	(16.200)
Imposto de renda e contribuição social	(17.529)	(16.200)
Total do imposto diferido	(17.529)	(16.200)
Despesa de imposto de renda	(40.652)	(37.056)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(40.652)	(37.056)
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:		

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social 124.019 134.435 121.477 147.265

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Juros sobre capital próprio	(7.000)	(8.000)
Provisão para passivo a descoberto	12.014	-
Equivalência patrimonial	(7.567)	(9.602)
<b>Resultado ajustado</b>	<b>121.466</b>	<b>116.833</b>
Imposto de renda e contribuição social a alíquota de 34%	(41.298)	(39.723)
Outros	2.946	2.667
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(40.652)	(37.056)
Alíquota efetiva	<b>33%</b>	<b>28%</b>

**27. Resultado por ação**

**a. Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	83.367	97.379
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	66.002	66.002
Lucro básico por ação R\$	<b>1,26</b>	<b>1,48</b>

**b. Lucro básico diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potencialmente diluídas. A Companhia possui plano de "Stock Options" e o potencial dilutivo do mesmo é representado por 250.000 ações (115.000 ações em 2011). Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é igual ao lucro básico por ação, de R\$ 1,26 e R\$ 1,48, respectivamente.

**28. Partes relacionadas**

**a. Saldos e transações**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo Circulante		
Contas a receber		
Catlog Logística de Transportes S.A.	12.853	9.903
Direct Express Logística Integrada S.A.	230	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	125	57
	<b>13.208</b>	<b>9.960</b>

**Ativo Circulante**

Dividendos a receber		
Catlog Logística de Transportes S.A.	-	1.844
Partes relacionadas - contrato de mútuo/conta-corrente (i)	-	-
Transportadora Sinimbu	-	127
Tegma Logística Integrada S.A.	1.148	9.066
Trans Commerce Transporte de Cargas Ltda.	1.056	-
Direct Express Logística Integrada S.A.	11.992	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	1	9.990
Promotora Quinta Rueda, C.A.	126	126
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	(75)	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.	78	-
TGI Comércio Atacadista de Peças Automotivas Ltda.	-	35
	<b>14.326</b>	<b>19.344</b>

**(-) Circulante**

Não circulante		
Total do ativo	<b>19.344</b>	<b>19.344</b>
Passivo circulante		
Fretes a pagar		
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	-	44
	<b>44</b>	<b>44</b>

**Passivo circulante**

Partes relacionadas - contrato de mútuo / conta-corrente		
Tegma Logística Integrada S.A.	-	-
Cisa Trading S.A.	641	641
	<b>641</b>	<b>641</b>

**Total do passivo**

(i) Valores reclassificados do ativo não circulante para o ativo circulante em 2012.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Contas a receber		
Catlog Logística de Transportes S.A.	6.555	5.050
Cisa Trading S.A.	-	805
	<b>6.555</b>	<b>5.855</b>
Não circulante		
Partes relacionadas - Contrato de mútuo/conta-corrente		
Catlog Argentina - US\$	746	683
Promotora Quinta Rueda, C.A.	111	147
Transportadora Sinimbu	-	120
	<b>857</b>	<b>950</b>
Total do ativo	<b>7.412</b>	<b>6.805</b>
Passivo circulante		
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	641	641
Promotora Quinta Rueda	-	53
	<b>641</b>	<b>694</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011
Partes relacionadas - Conta-corrente		
Catlog Argentina - US\$	384	350
Catlog França - €	396	270
Catlog Espanha - €	23	24
Promotora Quinta Rueda	1.172	906
	<b>1.975</b>	<b>1.550</b>
	<b>2.617</b>	<b>2.244</b>